



Anais da Assembléia

Nº 116

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Omário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (42). Acha-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Eurides Moura, Luiz Antonio Setti e Renato Adur (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 60/92

Curitiba, 12 de agosto de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 12, da Lei nº 7.065, de 6 de dezembro de 1978.

O dispositivo que se pretende alterar é o que autoriza o Poder Executivo insti-

tuir campanhas que "visem aprimorar e/ou assegurar as atividades de sanidade animal" e a nova redação proposta virá substanciar condições legais no sentido de que tais campanhas, serviços ou programas tenham maior amplitude, com abrangência, inclusive, na melhoria genética e no incremento à produção de animais de reconhecido valor econômico.

Segundo esclarece a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a referida Lei nº 7.065/78, com sua atual redação tem possibilitado àquela Pasta manter um dos melhores níveis de sanitário animal do País, desenvolvendo campanhas com ótimos resultados, como, por exemplo, as de combate à febre aftosa, peste suína clássica, anemia infecciosa e tantas outras. A par dessas atividades de apoio à pecuária há, indiscutivelmente, necessidade de que tais esforços sejam também dirigidos a outras áreas de produção. Para que isso possa tornar-se factível é necessário que a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, seja instrumentalizada para instituir e desenvolver, em caráter permanente, programas e atividades, não apenas de sanitário, mas também no aumento da produção, único e melhor caminho para barateamento de seus custos e, conseqüentemente, de melhores condições de vida para nosso povo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O art. 12, da Lei nº 7.065 de 06.12.78, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir outras campanhas, serviços ou programas semelhantes, que visem aprimorar e/ou assegurar as atividades de sanidade animal, ou que objetivem a melhoria genética ou incremento da produção de animais de reconhecido valor econômico."

Parágrafo Único - Para efeito do presente artigo o Poder Executivo baixará normas próprias aplicando-se no que couber as disposições desta lei, bem como os demais preceitos legais vigentes, que incidam sobre a matéria.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n° 60/92, do Senhor Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 12 da Lei n° 7.065, de 06 de dezembro de 1978.

Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO N° 445/92

Senhor Presidente.

Atendendo compromissos inadiáveis assumidos junto à comunidade dos municípios da Região Noroeste, tomo a liberdade de solicitar dispensa dos trabalhos parlamentares em Plenário neste dia 17 de agosto.

Sendo só para o momento, permita-me, ao ensejo, antecipar agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 17.08.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo art. 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.08.92.

(a) DALTON MACHUCA

REQUERIMENTO N° 1272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à INPACEL - INDÚSTRIA DE PAPEL ARAPOTI S/A, pela inauguração de sua unidade industrial na cidade de Arapoti.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à Diretoria da Empresa.

Sala das Sessões, em 17.08.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A INPACEL - Indústria de Papel Arapoti S/A, pertencente ao Grupo BAMERINDUS, respaldada por uma extraordinária credibilidade junto a opinião pública nacional, merece e deve receber este registro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela inauguração de sua mais nova unidade

industrial na cidade de Arapoti.

A INPACEL representa o verdadeiro espírito positivista e comprovadamente eficiente trabalhando sempre para a grande penetração conquistada pelo Grupo BAMERINDUS ao longo dos anos de atividade diversificada no Brasil, transformando-se no que é hoje.

É salutar ver a disposição do Grupo BAMERINDUS ampliando e diversificando suas atividades, que certamente atrairão mão-de-obra justamente na região onde o pioneiro, saudoso AVELINO VIEIRA plantou a primeira semente para germinar confiança no amanhã.

O trabalho desenvolvido pelo Grupo BAMERINDUS para o desenvolvimento econômico e social do Paraná é por demais conhecido e elogiado nacionalmente.

O BAMERINDUS já vem de décadas desde a sua fundação operando um grande serviço em favor de todos os setores, contribuindo para o fortalecimento do Estado e bem estar dos paranaenses.

O BAMERINDUS tem sido base sólida e ponto de apoio firme para os empreendimentos paranaenses. Ajuda portanto, no crescimento da economia, no desenvolvimento empresarial e na geração de empregos para os paranaenses nos mais variados segmentos.

O BAMERINDUS tem um papel econômico da maior significação, atuando com competência no âmbito financeiro, dando destacado apoio ao setor econômico colaborando de forma expressiva para o crescimento do setor produtivo do Paraná.

Além disso são notórios o estímulo e o incentivo que o BAMERINDUS oferece para o setor industrial e comercial.

Na atual conjuntura brasileira a inauguração da INPACEL tem uma importância especial, porque é no momento de tempestade que mais se valoriza o timoneiro. Diante das circunstâncias da política econômica do País, os empresários desenvolvem um trabalho ingente, lutando contra a recessão palpável e sofrida, revelando capacidade e visão empreendedora, mesmo em momentos incertos como os que vivemos.

É preciso acentuar esses fatores para justificar o acerto da construção e agora, da inauguração da nova fábrica INPACEL - Indústria de Papel Arapoti S/A pelo Grupo BAMERINDUS que, diversificando seus investimentos e procurando manter as características que permeiam um Grupo empreendedor, colocando a INPACEL entre as melhores e mais avançadas fábricas de papel do mundo. Desta forma, o novo empreendimento integrado desde suas florestas, representa uma grande contribuição para a consolidação do processo de substituição de importações da indústria papelreira nacional e para a geração de divisas ao Bra-

sil, através de exportações.

Estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira paranaense no templo do progresso, graças ao comandante do Grupo BAMERINDUS, Senador José Eduardo de Andrade Vieira, e todos seus colaboradores, orientados nesta obra pelo Doutor José Carlos Gomes de Carvalho.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado se associa como representante do povo, congratulando-se com a Direção do Grupo BAMERINDUS, e todo o seu corpo de auxiliares, como atestado de que seu sucesso é fruto de trabalho e competência.

REQUERIMENTO N° 1274

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações aos estudantes universitários Amauri Valle, Jane de Fátima Gomes Furtado e Giovane Fantin, da Faculdade Católica de Administração e Economia, FAE, pela conquista do II Prêmio Paraná de Economia.

A exemplo do ano passado, a Faculdade Católica de Administração e Economia, FAE, foi a grande vencedora do II Prêmio Paraná de Economia, promovido pelo Conselho Regional de Economia - CORECON/PR.

Neste ano, os alunos da FAE conquistaram o primeiro, terceiro e quinto lugares.

Amauri Valle, orientado pela professora Maria Anita dos Anjos, com o trabalho "A questão habitacional de Curitiba e Região Metropolitana no período 1979 e 1989".

Jane de Fátima Gomes Furtado, orientada pelo professor Wilmor Belinasso, foi a terceira colocada, com o trabalho "A ferrovia e a economia paranaense".

Giovane Fantin, também orientado pela professora Maria Anita dos Anjos, foi o quinto colocado no concurso, com o trabalho "Usinas hidrelétricas do Paraná, no período 1970 a 90".

Ao requerer votos de congratulações a esses bravos estudantes e aos seus orientadores, queremos registrar nos Anais do Poder Legislativo a importância da pesquisa universitária para o nosso Estado e para o Brasil, sobretudo, na investigação dos programas sociais.

Requer-se que do presente se dê ciência aos alunos supramencionados, aos professores orientadores e ao diretor da FAE.

Sala das Sessões, em 17.08.92

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1275

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo do Estado do Paraná votos de congratulações à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba pela comemoração do Dia Nacional das Misericórdias quando aquela instituição inaugurou dois novos serviços em seu hospital de caridade, além da Academia de Cultura de Curitiba, ACCUR.

Marcando a passagem do Dia Nacional das Misericórdias (15.08), a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba inaugurou dois novos serviços em seu hospital de caridade. A partir de agora, o hospital passa a contar com o Centro de Hipertensão Prostática que possibilita o tratamento de enfermidade da próstata sem a necessidade de cirurgia. Também foi inaugurada a Unidade de Gesso do hospital, integrada ao serviço de Ortopedia e Traumatologia. Com isso, a prestação desse serviço ganhou espaço próprio, centralizando tais procedimentos que, anteriormente, estavam espalhados nas diversas áreas do hospital.

Outra solenidade realizada no Dia das Misericórdias, foi a inauguração da Academia de Cultura de Curitiba, ACCUR. A sede da entidade, instalada no edifício Asa, teve a sua fita descerrada por Dom Pedro Fedalto, Revmo. Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Padre José Linhares Ponte, Deputado Federal e Presidente da Confederação Nacional das Misericórdias, e Padre Vitor José Melícia Lopes, Presidente da União das Misericórdias Portuguesas.

Tutelada pela Irmandade da Santa Casa, a ACCUR tem como objetivo o aprimoramento cultural e o intercâmbio intelectual, realizando cursos em diversas áreas e prestando assistência a outras entidades.

É sempre salutar destacar as atividades da Irmandade da Santa Casa, dirigida pelo Engenheiro Ivo Arzua Pereira. Ele, bem como todos os demais dirigentes, provedores, colaboradores, funcionários e médicos são responsáveis por um belíssimo trabalho desenvolvido à população de todo o Paraná, que vem buscar na Santa Casa, recurso e tratamento médico. Hospital filantrópico, a Santa Casa de Curitiba é, antes de tudo um exemplo. Exemplo de coragem e boa vontade, porque num momento de dificuldades e escassez de recursos para a área, em todo o País, jamais deixou de prestar seu trabalho, investindo no constante aprimoramento de pessoal e ampliação da estrutura para atendimento à saúde da população.

Destacar os trabalhos da Santa Casa e fazer constar nos Anais do Poder Legislativo suas atividades - como constantemente temos feito - é divulgar esse belo exem-

plo, registrando na nossa história o espírito dos seus dirigentes.

Que do presente se dê ciência à Santa Casa, aos seus provedores e diretores, aos responsáveis pelos novos centros criados, bem como à diretoria da Academia de Cultura e à Federação das Misericórdias.

Sala das Sessões, em 17.08.92

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1276

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo do Estado do Paraná votos de congratulações ao Centro de Integração Escola Empresa - CIEE, pela comemoração do seu 25° aniversário de fundação, no dia 14 de agosto próximo passado.

Na qualidade de agente de integração entre o sistema de ensino e os setores de produção serviços, comunidade e governo, o CIEE desenvolve ações de caráter educativo, cultural e técnico-científico, contribuindo para intensificar o entrosamento entre a empresa e a escola, com vistas às respectivas necessidades e disponibilidade, em termos de tecnologia e formação profissional, onde se inclui o estágio de estudantes.

As ações de CIEE estão fundamentadas na reciprocidade e complementariedade e tem por objetivo o desenvolvimento sócio-econômico e a superação do descompasso entre a educação e o trabalho. Em termo prático, isso é entre a educação e o trabalho. Em termo prático, isso é realizado através da promoção de estágios supervisionados de estudantes.

Desde a fundação até o primeiro semestre deste ano, o CIEE já colocou 70.930 estudantes em estágios supervisionados. No mesmo período foram celebrados 4.978 convênios com empresas, traduzindo-se em 81.625 oportunidades de estágio e 440.731 bolsas-auxílio repassadas aos estagiários. Um total de 92.983 estudantes, vinculados a cursos técnicos de 2° grau e de nível superior increveram-se no órgão.

Diante dessa configuração é inequívoco o mérito dos trabalhos do CIEE, constituindo num exemplo a ser seguido por outras instituições e merecedor do irrestrito apoio do Poder Público.

Por estas razões, requeremos ao douto Plenário da Assembléia Legislativa, o presente registro e a manifestação de congratulações ao Presidente do CIEE, empresário Sinval Machado e aos demais diretores da instituição.

Sala das Sessões, em 17.08.92

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1277

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, Vossa Excelência determine a expedição de ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Elias Abrahão, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando seja informado a esta Casa Legislativa quantos estabelecimentos escolares estaduais e quantas salas de aula foram construídos no Município de Curitiba, no período compreendido entre janeiro de 1990 até esta data.

O presente requerimento se justifica pela absoluta necessidade que todo Parlamentar tem de conhecer a realidade administrativa do Governo Estadual, não só para exercer em sua plenitude o mandato que lhe foi outorgado, mas também para colher subsídios que certamente lhe darão condições de promover reivindicações que realmente venham ao encontro dos anseios populares.

Sala das Sessões, em 17.08.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 1269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, solicitando a construção de uma casa para guardião, na Escola Tancredo Martins, na municipalidade de Irati.

Sala das Sessões, em 17.08.92

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando o recapeamento da BR-277, trecho Palmeira/Irati a Relógio.

Sala das Sessões, em 17.08.92

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, solicitando a designação de um médico especialista na área de Cardiologia para atender pacientes, bem como operar equipamentos eletrocardiológico existente no Município de Irati.

Sala das Sessões, em 17.08.92

(a) TOTI COLAÇO

Projeto de Lei:**PROJETO DE LEI N° 221/92**A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alto Paraná, com sede e foro na cidade de Alto Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.92

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alto Paraná, que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 15/03/88, na cidade de Alto Paraná-PR, visando o presente concretizar e reconhecer o trabalho de alto cunho social, prestando assistência aos excepcionais da comunidade.

Informo que a referida entidade já conta com o reconhecimento a nível municipal, conforme Decreto n° 14/88 de 28 de maio de 1988, estando filiada a Federação Nacional das APAEs em 09/02/89 sob n° 660.

A finalidade da referida Associação, é acima de tudo manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados, destinados ao tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional; promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares, estimular o trabalho do excepcional por meio de exposições, de cooperativas, de oficinas protegidas e das medidas que forem necessárias; desenvolver a cultura e o treinamento de pessoal destinados a trabalhar no campo da educação para o excepcional; esclarecer, orientar e auxiliar os pais e amigos da conduta relativa ao excepcional; promover medidas comunitárias de âmbito municipal e regional, visando o ajustamento e o bem-estar do excepcional; levar o público a conhecer melhor o problema, angariando fundos para a realização dos propósitos da Associação de conformidade com o Estatuto.

Neste sentido, apela a presente instituição para a compreensão dos nobres Parlamentares, possa a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alto Paraná, ser considerada de Utilidade Pública Estadual, preenchidos os requisitos da Lei que regulamenta a matéria.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - No Pe-

queno Expediente concedo a palavra ao 1° orador inscrito, Sr. Deputado Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quinta-feira próxima passada nós assistimos uma manifestação paga pela Caixa Econômica Federal, manifestação esta que visava apoio ao Presidente Collor. Eram taxistas que foram transportados de vários locais do País para Brasília, para lá, em ato público, fazer uma manifestação favorável. Isso implicou despesas enormes para a Caixa Econômica. E, naquele momento, o Presidente da República, teve a desfaçatez de convidar o povo brasileiro a sair de verde-amarelo no dia de ontem.

Na sexta-feira à noite o Presidente da República convocou, em rede nacional de televisão, o povo para assistir ao seu pronunciamento. Quando todos nós brasileiros esperávamos que o Collor, naquele ato político, fosse apresentar a renúncia, trazendo grande felicidade à Nação, ele veio e novamente mentiu a população.

Falou a respeito da Reforma Fiscal proposta por ele, Reforma esta mentirosa que reduzirá em mais de 30% a arrecadação dos municípios.

Disse o Presidente naquela ocasião que em cumprindo com a sua palavra faria a devolução dos cruzados e que estes cruzados eram o que mais tinham rendido durante a sua gestão.

Os cruzados renderam 6.524% desde que foram confiscados, enquanto no mesmo período, a inflação foi de 7.488, de acordo com o FIPE. Os CDBs renderam 12.371. Portanto, além de ter mentido em várias outras ocasiões Collor novamente mentiu.

A CPI do Congresso Nacional, quanto mais dura, quanto mais mexem, mais falcatruas e mais corrupção vêm à tona. Aumentam o número de fantasmas e aumenta o volume de dinheiro roubado pela gangue cujo chefe é o chefe da Nação. E ele esperava, na sua desfaçatez, que a população saísse de verde-amarelo. E o que nós vimos foram grandes manifestações de rua, todos contrários ao Presidente da República.

Informa a Imprensa que só em Brasília tinham mais de 20 quilômetros de carros em passeata contra o Governo.

Em São Paulo e Rio de Janeiro a imprensa informa que tinham mais de 100 mil pessoas nas ruas pedindo a renúncia.

Em Curitiba houve uma manifestação que iniciou com um pequeno número de carros e terminou em grande carreata com a população se manifestando da maneira que podia. Alguns, achando que a manifestação era de luto e a cor usada era a preta, alguns que não tinham saído com a cor preta passaram a usar o que tinha dentro do carro,

na cor preta, para expor pelo lado de fora do carro, como tapetes de carros, gente tirando os próprios sapatos, dando sinal de que querem o Collor bem longe de Brasília, de que querem o chefe da "gang", que hoje é identificado como o chefe da Nação; e se confunde o chefe da Nação com o chefe desta "gang". Um se confunde com o outro. E nós queremos o chefe da Nação e o chefe da "gang" no local de todo o ladrão, que é a prisão.

Hoje, as prisões brasileiras somente têm ladrão de galinhas, quando o PC e seus irmãos, Fernando Collor e toda sua "gang" continua administrando Brasília.

Disse no editorial a Folha de São Paulo: "o Presidente, se continuar, é ex-Presidente. Ministro, se continuar, não é Ministro, mas sim um aliado da corrupção, é um outro mais da "gang" a dar sustentação".

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Encerrado o horário destinado ao Pequeno Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos o PDT se deseja fazer uso do horário das Lideranças.

Concedemos a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero registrar neste momento a nossa posição até de surpresa quando no jornal "Correio de Notícias", de quinta-feira, dia 13 de agosto de 1992 foi publicada a matéria dizendo que houve um acordo com Lideranças Partidárias para que este Projeto do Fundo de Previdência Estadual fosse aprovado naquela Comissão.

Nós queremos deixar bem claro que a participação do PDT se deu, na oportunidade em que se discutia este assunto e que se via como bastante polêmico, foi acordado pelas Lideranças que este Projeto retornaria às discussões após as eleições de 3 de outubro.

Por isso, nós queremos deixar registrada a nossa posição dizendo que em hipótese alguma a Bancada do PDT fechou questão na aprovação de tal Projeto, neste momento e da forma como está colocado aqui neste Jornal. Isto não corresponde à realidade. E como tal, nós não concordamos com este tipo de postura. Achamos, de fato, que o Projeto deverá ser discutido com a maturidade com que vem sendo discutido. E com certeza amanhã, nós estamos sabendo, será posto em discussão na Comissão de Constituição e Justiça, o que eu acho lógico. Mas, em hipótese alguma que sua aprovação se daria antes de 3 de outubro.

Nós estamos vendo, hoje, na Ordem do Dia, fato de bastante relevância e que inclusive queremos deixar aqui destacada a posição do PDT, que com certeza será fiel a este direito de todos os trabalhadores do Estado, em ter restituída a sua data-base, que com certeza não é aquilo que determina o Decreto Governamental nº 532. Os servidores públicos do Estado do Paraná tinham a sua data-base, em todos os anos e em todos os Governos, no dia 1º de janeiro de cada ano. Lamentavelmente, por um ato arbitrário do ex-Governador, unilateralmente, por desejo próprio, colocou-se acima dos interesses dos servidores, transferindo esta data-base para o mês de junho.

A sequência do autoritarismo se dá na chegada do seu sucessor o atual Governador do Estado, quando ao seu belo desejo ou achando que a democracia se faz com a força através de um Decreto acaba com a data base dos servidores públicos, se autodenominando o dono da vida desses servidores e dizendo por eles o que de fato ele não representa. Nós temos certeza que é direito dos servidores terem uma data base como referência, merecerá a atenção desta Casa pela aprovação em 2ª discussão do Projeto, do Decreto Legislativo 006/91, de autoria dos companheiros Deputados da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Neste momento, também deixamos registrado a insatisfação do povo brasileiro como aqui bem disse o Deputado Florisvaldo Fier pelo dia de ontem, quando o Presidente da República pedia a manifestação do verde e amarelo, o povo brasileiro em quase sua totalidade disse justamente o contrário, demonstrando que através do preto eles mostravam a sua insatisfação, o seu descontentamento e a sua perplexidade diante da situação caótica e difícil pela qual passa esse País. Nós acreditamos que a voz maior é a voz do povo e merece o respeito ontem posto às ruas através das tarjas negras demonstrando o descontentamento da Nação Brasileira com o Governo hoje desse País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Consulta a Liderança do PST.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

Consulta a Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Oví-

dio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago a esta tribuna, mais uma vez, porque não me cansarei de falar sobre este assunto enquanto permanecer nesta Casa de Leis, pois tenho convicção de que a solução de muitos problemas do nosso País virá de arrasto quando se implementar neste País aquilo que chamamos de Reforma Agrária.

O assunto volta à tona neste Estado, quando 800 famílias ocupam novamente uma área de terras no Oeste do Estado do Paraná, depois de tantas promessas, de tantas expectativas geradas por este Governo que aí está, que não vem cumprindo as suas promessas eleitorais de resolver os problemas da Nação Brasileira. Pelo contrário, vem trazendo problemas maiores e mergulhando o nosso País num descrédito internacional e muito mais do nosso povo brasileiro que não acredita mais no poder dos governantes que comandam hoje o nosso País.

O projeto de Reforma Agrária, os problemas criados no Paraná e em todo o País, se tinha uma válvula de escape para dizer que não se poderia realizar Reforma Agrária, porque o Congresso Nacional depois de quase quatro anos de publicada, de aprovada a nossa Constituição, não havia regulamentado os arts. 184 e 185 da Constituição que se refere à implantação da Reforma Agrária no Brasil.

Q Brasil, ou melhor, os movimentos organizados dos trabalhadores rurais, dos sem-terra, daqueles que querem produzir para este País e que hoje se encontram impedidos. Bateu mais alto quando no dia 27 de junho se publicava através da Lei de Imprensa, que a Câmara Federal aprova o Projeto de Reforma Agrária. O projeto que foi muito discutido e que portanto, quatro anos demoraram para que pudesse debater e aprovar alguma coisa no Congresso Nacional que regulamentasse os artigos da Constituição que se refere a Reforma Agrária.

Quero frisar que este projeto foi aprovado por um acordo de lideranças no Congresso Nacional. A matéria - publica a imprensa -, vai segunda-feira para o Senado, onde tudo indica que também ganhará regime de urgência e não terá quaisquer dificuldades para sua aprovação.

Por que a imprensa publica isso? Porque o acordo havia sido feito por várias lideranças, inclusive de partidos opostos à reforma agrária no Brasil, como por exemplo o Deputado líder do Bloco Governista, Luiz Eduardo Magalhães, teve que intervir contra o líder da UDR, da União "Diabólica" Ruralista, dizendo que o projeto estava nos conformes com a realidade

brasileira. O Deputado do PFL e líder do Bloco Governista, defende o projeto do Congresso Nacional. O Deputado Leão, do PRN de Minas Gerais, que representa o Partido e os interesses dos latifundiários no Congresso Nacional, mesmo o Deputado Roberto Rolemberg, do PMDB, e também o Deputado Fábio Meireles do PDS, defenderam o projeto aprovado no Congresso Nacional, dando um "chega pra lá" e um puxão de orelhas no líder da União "Diabólica" Ruralista, Ronaldo Caiado, dizendo que o projeto seria interessante para o Brasil no momento de hoje, apesar de alguns partidos de esquerda acharem-no muito atrasado.

Um dos avanços contidos no projeto aprovado no Congresso Nacional, foi de que os Estados e o Distrito Federal poderão receber delegação de competência da União para desapropriar imóveis rurais por interesse social, para fins de reforma agrária.

Ouvimos, além dos Deputados, fazendeiros e líderes dos fazendeiros. Nós ouvimos inclusive no nosso Estado, lideranças defenderem o projeto de reforma agrária, como por exemplo, o assessor jurídico, consultor da Federação da Agricultura, a FAEP, o advogado José Guilherme Cavagnari.

Assistimos o Procurador da República no Estado, da Procuradoria Geral do Estado, Luiz Edson Fachin, do Paraná, dizendo também: "O projeto até aqui aprovado, é importante para que o Poder Executivo não diga que não se pode desencadear a reforma agrária, e que o Judiciário não alegue que não existe lei sobre o assunto. "Portanto, apesar de não ser lá um grande projeto aprovado, mas tem o consenso de partidos de esquerda, de lideranças do próprio movimento e também de lideranças dos próprios fazendeiros no Congresso Nacional.

O que nos surpreende, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e o que nos traz à tribuna, é que um senador paranaense procura interromper o processo no Senado Federal e fazer com que se prejudique cada vez mais o que já está há quatro anos no papel e o Senado e o Congresso Nacional não tiveram a competência de regulamentar os artigos da reforma agrária.

Entendemos que o problema é político, a grande maioria dos senadores e deputados federais deverão ser fazendeiros ou defensores dos grandes proprietários de terra do País, ou defensores de projetos, como se quer desviar os recursos para a reforma agrária, como a imprensa publica seguidamente, quando o próprio governo, através do INCRA ou através de seus órgãos, desapropriam áreas com valor superfaturado para beneficiar fazendeiros, proprietários que já estão com suas áreas em processo de desapropriação.

Lamentamos que o Senador José Eduardo

aprove, apresente uma emenda, mesmo que seja para não ser aprovada, mas a intenção, nos parece, é brecar no Senado Federal este projeto, quando as lideranças, inclusive do seu Partido, no Congresso Nacional, concordaram com o projeto inicial.

O Senador José Eduardo coloca interesses - segundo nossa avaliação -, políticos e mesquinhos, acima dos interesses da sociedade, quando apresenta uma emenda, inviabilizando que os Estados e o Distrito Federal não possam contribuir com o governo federal para implementação da reforma agrária.

Nós entendemos que as lideranças do Estado, que as lideranças do Distrito Federal, que vivem e convivem com os problemas, como é o caso do nosso Estado, onde centenas de milhares de trabalhadores sem-terra perambulam assentados provisoriamente passando fome e miséria nas áreas que estão em processo de desapropriação e que a lei não garante, não deixa que isso ocorra.

Está correto quando aqui disse o Procurador Geral do Estado dizendo que é um projeto, não o ideal, mas para que o Executivo não tenha direito de alegar que não pode fazer e nem o Judiciário alegar que não tenha lei para implementar.

Esperamos que o Senador José Eduardo defenda os interesses do Paraná no Congresso Nacional e no Senado Federal, e não impeça que centenas de famílias paranaenses possam ter o seu pedaço de chão para produzir, viver e poder produzir alimentos para o nosso Estado.

O nosso protesto a esta forma que o Senador José Eduardo tem tentado, vem tentando impedir com que a reforma agrária se desencadeie no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Ofício nº 445/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando dispensa na sessão plenária do dia 17 do corrente mês, em função de compromissos nos Municípios da Região Noroeste. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 205/92, que autoriza o Poder Executivo a transferir o "Hospital Carolina Lupion", ao Município de Jaguariaíva.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que concede o Título de Cidadã Benemérita do Paraná a Senhora Débora Amaral Fernandes Dias. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PAULO MAIA - Gostaria que constasse meu voto contrário.

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/92, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a alienação de imóvel na Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, (ex-Proposição nº 087/92). Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/91, de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, que susta o Decreto Governamental nº 532, de 25 de junho de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. **Em votação.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Quinze aprovam. Doze rejeitam. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, vinte e sete não aprovam.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que eu faço parte, não voto mas dou quórum.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1278, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1272, de autoria do

Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1269, 1279 e 1271, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1274, 1275 e 1276, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1277, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

As 16 horas deverá tomar posse no Plenarinho desta Casa, o ex-Deputado Augusto Carneiro.

A Mesa convida os Senhores Deputados para esta solenidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 051/92 e 053/92.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 052/92, 056/92 e 060/92.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 573/91.

Levanta-se a sessão.